

Será Possível Dissuadir um Irã Dotado de Armas Nucleares?

Amitai Etzioni



Mísseis Shahin montados no novo sistema antiaéreo avançado do Irã, 11 Abr 10.

UMA QUANTIDADE CADA vez maior de evidências de que o Irã iniciou uma linha de ação que o levará a desenvolver armas nucleares no futuro próximo voltou a intensificar o debate sobre como o mundo deve reagir a tal perigo. Evidentemente, questões sobre como lidar com a proliferação de armas

Amitai Etzioni é professor de Relações Internacionais na George Washington University e autor de *Security First: For a Muscular Moral Foreign Policy* (Yale, 2007).

nucleares não se restringem ao Irã, mas incluem outros países ou grupos que possam empregá-las, especialmente a Coreia do Norte e terroristas.

Discutem-se quatro possíveis respostas para lidar com o Irã: engajamento, sanções, ataques militares e dissuasão. Já se tentou o *engajamento*, especialmente desde o início do governo Obama (e anteriormente por governos europeus), mas ele não produziu, até agora, os resultados desejados. As *sanções* não são consideradas uma ferramenta confiável, já que alguns países, especialmente a China, se recusaram, até agora, a autorizá-las. No passado, algumas sanções foram facilmente contornadas e não geraram o efeito buscado, mesmo quando impostas a nações mais vulneráveis que o Irã, como Cuba e Síria. Além disso, as sanções podem ajudar a consolidar o regime e a subjugar a oposição democrática. Dizem que *ataques militares* provavelmente fracassarão. Como declarou o Secretário de Defesa Robert Gates, em 13 de abril de 2009, “militarmente, a meu ver, isso [um bombardeio das instalações nucleares do Irã] atrasaria o programa iraniano por um tempo, mas apenas o atrasaria, provavelmente só de um a três anos”.

Por isso, há um interesse cada vez maior na *dissuasão*, isto é, em tolerar um Irã munido de armas nucleares, mas mantê-lo acuado com a ameaça de uma retaliação na mesma moeda caso as utilize. Embora não tenha adotado essa posição oficialmente, vários observadores acreditam que é nesse sentido que o governo Obama se dirige. De fato, uma declaração da Secretária de Estado Hillary Clinton na Tailândia, em 22 de julho de 2009, foi vista como uma insinuação dessa abordagem. Ela afirmou: “Se os Estados Unidos estenderem um arco de proteção sobre a região, é improvável que o Irã fique mais forte ou seguro, porque [seus dirigentes] não serão capazes de intimidar e dominar como aparentemente acreditam que

AP / Ministério da Defesa do Irã, Vahid Reza Aiaei, HO

poderão quando tiverem uma arma nuclear.” Em uma entrevista com o *Wall Street Journal*, em 5 de março de 2010, Zbigniew Brzezinski, o antigo assessor de Segurança Nacional, também defendeu esse arco de proteção como uma forma de lidar com o Irã.

Os defensores racionalistas da dissuasão muitas vezes recorrem à mesma premissa utilizada pelos principais economistas: que as pessoas são racionais.

O General John Abizaid (Reserva), antigo chefe do Comando Central dos EUA, fez a seguinte colocação: “Precisamos deixar bastante claro para os iranianos, da mesma forma que o fizemos com a União Soviética e com a China, que a primeira vez que utilizarem armas nucleares resultará na destruição de sua nação. Não acredito que o Irã seja um Estado suicida. A dissuasão funcionará com o Irã.”

Fareed Zakaria, editor da revista *Newsweek International*, colunista do jornal *Washington Post* e frequente comentarista de TV, é um dos principais defensores da dissuasão. Em seu artigo “Don’t Scramble the Jets”, ele sustenta que os líderes religiosos do Irã compõem uma “elite clerical sagaz (e implacavelmente pragmática)” e que as ditaduras militares como a que agora se forma no Irã “são calculistas. Agem de forma a se manterem vivas e no poder. Esse instinto de autopreservação é o que faz uma estratégia de contenção funcionar.” Entre os acadêmicos, Kenneth Waltz, professor da Universidade Columbia, em Nova York, escreveu: “Seria estranho se o Irã não tentasse adquirir armas nucleares, e não creio que devamos nos preocupar se ele as obtiver, porque a dissuasão funcionou 100% das vezes. Afinal, dissuadimos grandes potências nucleares como a União Soviética e a China. Então, durmam tranquilos.”

Um funcionário do Departamento de Estado, que pediu que seu nome não fosse revelado,

ressaltou que os Estados Unidos já estão proporcionando contramedidas para os seus aliados no Oriente Médio, como o posicionamento de baterias de mísseis Patriot, que podem ser empregados para dissuadir o Irã de utilizar armas nucleares — mas não de adquiri-las.

Nos parágrafos a seguir, discuto se a dissuasão pode funcionar e, caso contrário, que tipo de ataque militar — se houver — poderia produzir o efeito necessário.

Atores Racionais?

Uma das poucas questões sobre as quais há consenso é que, para que a dissuasão funcione, os líderes das nações que possuem armas nucleares precisam ser racionais. O mesmo se aplica a terroristas que possam adquirir armas nucleares de uma forma ou de outra. De fato, surgiu uma verdadeira “indústria” de autores e pesquisadores populares que afirmam que tanto os chefes de Estado quanto os terroristas agem de forma racional e, por isso, com medo de retaliação por outras potências nucleares, não empregarão suas armas nucleares. (Para os que possam perguntar, se nações como o Irã não pretendessem utilizar armas nucleares, por que se sujeitariam ao custo e risco de adquiri-las? Esses especialistas racionalistas respondem com a explicação de que as armas nucleares servem a essas nações prevenindo ataques contra elas.)

Os defensores racionalistas da dissuasão muitas vezes recorrem à mesma premissa utilizada pelos principais economistas: que as pessoas *são* racionais. Uma forma utilizada por eles para proteger essa premissa contra críticas óbvias é empregar um dado para avaliar tanto as intenções quanto as ações da pessoa em questão. Assim, os economistas sustentam que se uma pessoa que nunca tomou vinho (e não tinha a intenção de tomá-lo) subitamente compra uma garrafa, essa deve ter sido uma escolha racional — caso contrário, porque ela a teria comprado? Afirmam ainda que, se alguém decide tornar-se um criminoso, “deve” ter avaliado os prós e os contras e tomado uma decisão racional de que essa era a melhor opção. Como indicou George Stigler, ganhador do Prêmio Nobel, “sempre é possível encontrar um motivo para tudo o que observamos o homem fazer”, o que “transforma a utilidade em uma tautologia”.

Essa abordagem viola um pressuposto básico da ciência: que as proposições devem ser formuladas de modo que possam ser refutadas. Utilizando o mesmo truque acadêmico, os defensores da dissuasão afirmam que tudo o que os líderes de uma nação fazem é racional, porque é possível encontrar algum motivo com base no qual suas ações fazem sentido. Contudo, essa linha de raciocínio também tornaria “racional” lançar bombas nucleares e ignorar os efeitos da retaliação — porque, por exemplo, como Herman Kahn, os líderes acreditam que sua nação terá melhor sorte na guerra que o inimigo ou porque tal bombardeio levará ao “arrebato” que oferece um atalho para o céu.

Os defensores da dissuasão também defendem sua posição sugerindo que a única alternativa a ser racional é ser irracional, o que é visto como equivalente à loucura. Argumentam, então, que os líderes do Irã, os terroristas e até Kim Il-sung e seu filho, Kim Jong-il, não são loucos. Demonstram isso expondo que esses líderes reagem de formas sensatas a mudanças no

mundo ao seu redor. Por exemplo, a oferta mais conciliatória do Irã em relação ao seu programa nuclear foi feita em maio de 2003, depois que as forças militares dos EUA devastaram o Exército de Saddam em algumas semanas com poucas baixas, algo que o Irã não fora capaz de fazer mesmo depois de oito anos de guerra. Foi também quando o Irã ouviu abertamente do Presidente dos Estados Unidos que ele estava na mesma lista seleta de membros do “Eixo do Mal”. Em suma, o Irã tinha motivos para esperar um ataque. Como, para os proponentes da dissuasão, os atores só podem agir de forma puramente racional ou puramente irracional, mostrar que os líderes do Irã e de outros Estados párias reagem a mudanças nos fatos e não são insanos parece comprovar sua afirmação de que eles são racionais.

Outros acadêmicos que estudaram o terrorismo também defendem essa linha de raciocínio explicando que os terroristas agem estrategicamente e não irracionalmente. Em um artigo intitulado “Deterring Terrorism: It



AP Photo/Ministério da Defesa do Irã, Vahid Reza Alaei, HO

Missil Qadr 1, do Irã, é exibido durante parada militar para marcar o início da guerra de 1980-1988 entre o Irã e o Iraque, Teerã, Irã, 22 Set 09.



Local do reator de Natanz, suspeito de abrigar operações secretas de enriquecimento de urânio.

Can Be Done”, Robert F. Trager, professor da UCLA, e Dessislava P. Zagorcheva, doutoranda na Universidade Columbia, observam: “a assertiva de que os terroristas são extremamente irracionais é negada pela quantidade cada vez maior de artigos que demonstram que os grupos terroristas... escolhem as estratégias que mais lhes favoreçam. Recorrer a táticas terroristas é, em si, uma escolha estratégica de atores mais fracos, sem outros meios de promover sua causa.” Além disso, em “Explaining Suicide Terrorism: A Review History”, Martha Crenshaw, professora de Stanford, observa: “Vem surgindo um consenso de que os ataques suicidas são úteis ou estratégicos do ponto de vista da organização patrocinadora... Servem aos interesses políticos de atores identificáveis, em sua maioria atores não estatais que se opõem a Estados bem providos de armas. Esse método é mecanicamente simples e taticamente eficiente...”

O problema com essa linha de raciocínio é que ela passa de mostrar que os dirigentes de países como o Irã e a Coreia do Norte, assim

como terroristas, não são irracionais — eles têm metas claras, encontram meios adequados a elas e reagem aos fatos e à lógica — para presumir que eles, assim, agem racionalmente e chegam às mesmas conclusões que os observadores a partir de mudanças nos fatos.

Contudo, os principais sociólogos, em particular Talcott Parsons, há muito apontam que existe uma terceira categoria de tomada de decisões e comportamento, a qual eles chamam de “não racional”. Isso talvez pareça, a princípio, uma típica discussão de filigranas do meio acadêmico, uma fraqueza muito comum entre os cientistas sociais. Nesse caso, porém, ela aponta para uma importante categoria de comportamento humano, em que as pessoas agem em resposta a crenças arraigadas que não podem ser provadas ou refutadas — por exemplo, a ideia de que Deus ordenou que agissem de um modo particular. As pessoas há muito mostram que estão dispostas a matar pelas suas crenças, mesmo que possam morrer em consequência disso. Realmente, reagem a fatos e pressões, mas só enquanto esses fatores afetam as formas pelas quais implantam

suas crenças, não as próprias crenças. Assim, um líder religioso fanático iraniano pode muito bem acreditar que Deus ordena que ele elimine Tel Aviv, pode ponderar se deve utilizar mísseis ou bombardeiros e em que estação deve atacar, mas não se deve ou não atender ao comando de Deus de matar os infiéis.

Em “Can Iran Be Deterred? A Question We Cannot Afford to Get Wrong”, o vice-diretor editorial da revista *National Review*, Jason Lee Steorts, observa: “O fanatismo religioso [do Irã] faz com que ele exagere a importância de questões que são, falando objetivamente, relacionadas apenas tangencialmente aos seus interesses. O conflito israelo-palestino, por exemplo, não tem impacto direto na segurança do Irã, mas o regime em geral o considera fundamental para os interesses do Irã e até para a sua identidade como nação muçulmana.” Esse é um exemplo de pensamento “não racional”, e não “irracional”.

O comportamento não racional não se restringe a uma única fé. Os israelenses, por exemplo, que foram severamente criticados por vários motivos, geralmente não são considerados irracionais. Contudo, eles têm um forte complexo de “Masada”, que levou seus antepassados a se matarem uns aos outros e a cometerem o suicídio, em vez de se renderem. Esse é mais que um inútil dado histórico. Muitos israelenses conservam essa crença fatalista, reforçada ainda mais pela história de Sansão, que derrubou um prédio em cima de si mesmo para matar os inimigos, e pelo forte compromisso de “nunca mais” ir “como ovelhas para o matadouro” como os judeus (na visão israelense) durante o regime nazista. Os israelenses seguem o exemplo dos poucos judeus no Gueto de Varsóvia que lutaram contra os nazistas — apesar de não terem chance alguma de vencer — até o final. Essas crenças podem levar Israel a atacar o Irã mesmo quando considerações racionais indicarem que um ataque seria extremamente prejudicial. Tal ataque serviria às suas crenças e seria racional nesse sentido técnico, mas as crenças em si se baseiam em compromissos não racionais contra os quais não é possível argumentar com base nos fatos e na lógica e, por isso, não se pode dissuadir as pessoas dessas crenças de forma confiável.

O Passado Prediz o Futuro?

Há um argumento baseado em dados históricos relacionado com a tese de racionalidade. Waltz afirma: “Hoje está na moda os cientistas políticos testarem hipóteses. Bem, eu tenho uma: Se um país possuir armas nucleares, não sofrerá ataques militares de forma que ameace seus interesses vitais evidentes. Foi esse o caso 100% das vezes, sem exceção, ao longo de mais de cinquenta anos. Bastante impressionante.” Em “Containing a Nuclear Iran”, Zakaria observa: “A dissuasão funcionou com loucos como Mao e assassinos como Stalin e funcionará com os autocratas calculistas de Teerã.”

Esses argumentos são falhos por várias razões. Primeiro, como aprendemos em qualquer curso de Introdução à Lógica, o fato de que todos os cisnes que você vê sejam brancos não prova que não haja cisnes negros. O fato de que, até o presente, nenhuma arma nuclear foi empregada (desde o ano de 1945, depois do qual foi instituído o sistema de dissuasão) não prova que nenhum incidente do tipo ocorrerá no futuro. Isso é especialmente verdade quando a quantidade de atores aumenta, incluindo um número de fanáticos.

Além disso, a história revela diversas ocasiões em que nações regidas por líderes considerados nada irracionais ficaram perigosamente à beira de um confronto nuclear. A Índia e o Paquistão mereceram esse dúbio título diversas vezes. John F. Kennedy quase apertou o botão de “disparo” durante a Crise dos Mísseis de Cuba, em 1962. Moshe Dayan quase fez o mesmo, aprestando o arsenal nuclear israelense para utilização na Guerra de Yom Kippur. Mao pretendia lançar uma bomba nuclear na União Soviética durante uma disputa de fronteiras, em 1969.

Os defensores da dissuasão apontam para os mesmos incidentes como prova de que ela funcionou; afinal, as várias nações recuaram da beira do abismo, ainda que algumas delas o tenham feito no último minuto. Contudo, a meu ver, os chefes de Estado se mostraram, no passado, bem capazes de graves erros de cálculo que lhes custaram a vida, o regime e tudo por que lutavam — Hitler, por exemplo. Da mesma forma, ao atacarem Pearl Harbor, os japoneses acreditavam que seriam capazes de pelo menos expulsar os EUA da sua parte do mundo. Além

disso, tanto os alemães quanto os franceses se enganaram completamente quanto ao rumo da Primeira Guerra Mundial. A História está cheia de inúmeros erros de cálculo menores, desde a “ponte longe demais”, de Bernard Montgomery, até a “Carga da Brigada Ligeira” do lorde Cardigan na Guerra da Crimeia e a “Carga de Pickett” na Guerra Civil americana. Observe-se que iniciar uma guerra nuclear exige um erro de cálculo; uma vez que uma ordem para atacar seja executada, não há mais espaço para reconsiderar. Em comparação, os erros de cálculo citados exigiram dias, meses e, em alguns casos, anos de insistência na mesma estratégia equivocada. Ainda sim, os chefes de Estado persistiram. Em outras palavras, é muito mais fácil cair em um confronto nuclear do que levar a cabo uma desventura utilizando armas convencionais.

Antes de mais nada, não há leis de ferro na História. O que não aconteceu antes não oferece garantia alguma de que não ocorrerá no futuro. Assim, é racional aplicar no presente caso a regra de que, se a desutilidade potencial for muito grande, sua prevenção deve guiar a decisão, mesmo que a probabilidade de sofrê-la seja muito baixa. Uma forma simplista de destacar esse ponto é notar que pessoas racionais aceitarão de bom grado uma aposta de um real se a probabilidade de ganhar for de 99 em 100. Farão o mesmo no caso de dez e até cem reais, mas não com um milhão. O motivo é que, embora a probabilidade de perder continue a mesma e seja bem pequena, o custo de perder é tão alto (presumindo que os que apostem tenham de empenhar sua futura renda como garantia) que a desutilidade se torna grande demais e faz sentido recusar a aposta. Só um jogador imprudente aceitaria tal aposta. Obviamente, a desutilidade de sofrer um ataque com armas nucleares é tão grande que mesmo que a probabilidade de a dissuasão não funcionar seja muito baixa, faz sentido fazer um grande esforço para evitá-lo. Em palavras simples, é melhor prevenir que remediar.

Devo acrescentar que a questão de probabilidades é essencial aqui. Muitos defensores da dissuasão utilizam um discurso evasivo para explicar que o risco de ataque é muito baixo. Em “Terrorism: The Relevance of the Rational Choice Model”, (“Terrorismo: a Relevância do Modelo de Escolha Racional”, em tradução livre) Brian

Caplan, economista da Universidade George Mason, observa: “Embora milhões de pessoas acreditem que obterão enormes recompensas no além se praticarem o terrorismo — melhor ainda, o terrorismo suicida — apenas uma minoria coloca a própria vida em risco.” Bem, uma minoria pode ser o suficiente. Da mesma forma, Waltz observa: “Não vejo muitas pessoas de orientação religiosa agir de maneiras que possam resultar no massacre de milhares de pessoas. Acho que as pessoas são pessoas. Não creio que recompensas celestes motivem um grande número delas.” Só que não se pode deixar de notar que centenas de milhares de pessoas foram massacradas por causa de uma fé ou ideologia ou outra coisa. Muitos milhares de armênios foram massacrados pelos otomanos; judeus por Hitler; russos por Stalin; e assim por diante. E mesmo que “poucas” pessoas sejam motivadas por recompensas celestes, não foram necessários muitos terroristas para derrubar as torres do World Trade Center, nem serão necessários muitos para colocar e ativar um dispositivo nuclear em uma de nossas cidades.

Além disso, não se pode ignorar o fato de que os terroristas contam com uma probabilidade nada insignificante de adquirir armas nucleares e encontrar formas de acioná-las. Uma ou mais armas nucleares podem ser colocadas em um dos seis milhões de contêineres que chegam aos EUA anualmente e passam por uma inspeção mínima, ou podem ser lançadas a partir de um dos mais de dois milhões de barcos de recreio e pequenos aviões particulares que entram nos EUA todo ano praticamente sem controle (no caso de embarcações) e com relativamente pouca fiscalização (no caso de pequenas aeronaves). Como me disse um Capitão-de-Fragata da Guarda Costeira: “A melhor forma de introduzir uma arma nuclear nos EUA é colocá-la dentro de uma tonelada de cocaína.” Em suma, como ninguém nega, realmente, que haja uma pequena probabilidade de uma desutilidade muito grande, é melhor que busquemos impedir a proliferação de armas nucleares do que aprendermos a viver com elas.

Efeitos Colaterais: Minando a Regra

Claramente, quanto mais nações possuírem armas nucleares — mesmo que se ignorem as diferenças de mentalidade e predisposição

dos que hoje as buscam em comparação com membros mais antigos do “clube” — , maior o perigo de alguma nação empregar essas armas catastróficas. Os defensores da dissuasão zombam desse perigo e ressaltam que um número muito pequeno de nações adquiriu armas nucleares ao longo das últimas décadas, em contraste com o medo expresso no início

Se for possível deter o Irã... talvez sejamos capazes de salvar o regime de abstinência nuclear.

da era nuclear. Assim, o Presidente Kennedy observou que logo poderia haver “10, 15, 20” países com capacidade nuclear. Além disso, C.P. Snow escreveu, na época, que, a menos que houvesse um desarmamento nuclear, uma guerra nuclear “não seria uma probabilidade, mas uma certeza”. Na verdade, ao longo das décadas seguintes, um número considerável de países capazes de desenvolver armas nucleares se abstiveram de avançar nessa direção, incluindo o Canadá, a Suécia, a Itália, o Brasil, a Argentina, a África do Sul, a Coreia do Sul e Taiwan.

Embora seja verdade que a proliferação tenha sido mais lenta do que alguns previam a princípio, os que recorrem a esse fato para alegar que não há nada com que se preocupar ignoram que estamos em um momento decisivo, no qual o antigo regime restritivo pode dar lugar a um “vale-tudo” nuclear. Durante décadas, fomos capazes de promover um tabu em relação às armas nucleares, bem descrito em *The Nuclear Taboo*, de Nina Tannenwald, professora da Universidade Brown. Grandes segmentos da população do mundo e seus líderes acolheram o preceito de que as nações deviam abster-se de adquirir armas nucleares e que desistir delas era a política desejada. Quando o Presidente Obama pediu por um mundo livre de armas nucleares e prometeu que os Estados Unidos, em conjunto com a Rússia, caminharia rumo à eliminação delas, foi amplamente aplaudido. O tabu está

na base do tratado firmado por 189 nações, o Tratado de Não-Proliferação Nuclear. Tanto o tabu quanto o tratado se apoiavam em várias medidas diplomáticas e econômicas, assim como certa pressão.

Nos últimos anos, porém, à medida que a Coreia do Norte desrespeitou o tratado e o Irã pareceu avançar cada vez mais rumo ao desenvolvimento de armas nucleares, o tabu se enfraqueceu, e o respeito pelo tratado diminuiu. Além disso, os defensores da dissuasão com efeito argumentam que o tabu e o tratado são coisa do passado, que mais e mais países obterão armas nucleares e que devemos aceitar isso, adaptar-nos ao mundo como ele é hoje e ir em frente. Assim, Michael Desch, professor da Texas A&M University, escreve: “Se [durante a Guerra Fria] podíamos viver com Estados nucleares párias [União Soviética e China] dispostos a sacrificar milhões de seus próprios habitantes para promover uma ideologia escatológica, há poucos motivos para crer que o Irã apresente uma ameaça mais grave... Parafraseando o subtítulo da grande sátira nuclear de Stanley Kubrick, *Dr. Strangelove*, talvez seja justamente a hora de pararmos de nos preocupar e de aprendermos, se não a amar, a pelo menos tolerar a bomba iraniana.”

A meu ver, o tabu e o tratado estão, de fato, sendo testados, mas é cedo demais para desconsiderá-los. Se for possível deter o Irã, o que, por sua vez, aumentaria a chance de conseguirmos pressionar a Coreia do Norte a mudar de rumo, talvez sejamos capazes de salvar o regime de abstinência nuclear. Por outro lado, resta pouca dúvida de que, se permitirmos que o Irã desenvolva armas nucleares, outras nações as buscarão, incluindo a Arábia Saudita, o Egito e, creem alguns, até a Jordânia. Além disso, como contramedida contra a Coreia do Norte, o Japão e a Coreia do Sul não ficariam muito atrás se o tabu fosse violado de forma tão flagrante no Oriente Médio. O Brasil e a Argentina talvez sigam o exemplo também, conforme mais e mais nações “importantes” adquirirem armas nucleares. Em suma, empregar a dissuasão no Irã, em vez de tentar persuadi-lo a não desenvolver armas nucleares, com efeito implica abrir o mundo para uma proliferação verdadeiramente em

larga escala, que aumentaria consideravelmente a probabilidade de nações começarem um confronto e terroristas encontrarem lugares onde obter armas nucleares.

Efeitos Colaterais: Proteção e Chantagem

Mesmo que ele nunca lance armas nucleares contra ninguém, uma vez que o Irã demonstre tê-las adquirido — por exemplo, testando-as — essas armas terão consequências consideráveis para a nossa segurança e a de nossos aliados. Desch afirma corretamente: “A preocupação é que, uma vez que desenvolva a capacidade nuclear, o Irã se tornará ainda mais agressivo ao apoiar grupos terroristas como o Hezbollah no Líbano ou o Hamas em Gaza... Finalmente, muitos americanos temem que, uma vez que ele empregue uma arma nuclear, o Irã se intrometerá ainda mais no Iraque.” Os efeitos colaterais de se permitir que o Irã obtenha armas nucleares são bem explicados por Emanuele Ottolenghi, diretora executiva do Instituto Transatlântico, em Bruxelas. Portanto, eu incluo uma citação detalhada. Ele diz:

O fato é que uma bomba iraniana permitiria a Teerã cumprir as metas da revolução *sem utilizá-la*. Uma bomba nuclear é um multiplicador de forças que, como bem colocado pelo Presidente Barack Obama, “muda o jogo”. O êxito do Irã mudará o Oriente Médio para sempre — e para pior. Sob a proteção nuclear iraniana, terroristas poderão agir com

...mesmo que o Irã possa ser dissuadido de empregar suas armas nucleares diretamente, há bons motivos para preferir um Irã sem elas.

impunidade, e seus vizinhos entrarão em uma perigosa corrida armamentista. Menos compreendida é a dinâmica que surgirá se o Irã decidir não utilizar a bomba contra seus inimigos. Pouco importa que Teerã

possa agir racionalmente. Se o Irã obtiver armas nucleares, o mundo ocidental terá de negociar um acordo de Yalta do Oriente Médio com Teerã — acordo esse que talvez exija a retirada dos EUA, uma negociação desfavorável para os principados menores na costa do Golfo e inaceitável para Israel e para os cristãos do Líbano.

Por último, mas não menos importante, é o risco de que o Irã ou outro Estado pária passe uma ou duas armas nucleares para terroristas ou que eles as obtenham sem o consentimento dos dirigentes com a ajuda de um ou outro grupo, como a Guarda Revolucionária. Os defensores da dissuasão sustentam que, para dissuadir essas nações de compartilhar armas nucleares com terroristas, basta declararmos que, se eles as utilizarem, responsabilizaremos a nação que as tenha fornecido. Contudo, esse argumento supõe um grau muito mais confiável de perícia nuclear do que a que temos atualmente. Talvez sejamos incapazes de determinar a fonte de uma bomba ou isso leve meses, depois dos quais atacar uma nação com bombas nucleares a sangue frio talvez não pareça uma contra-ameaça de credibilidade.

Não é preciso explicar em mais detalhes que, mesmo que o Irã possa ser dissuadido de empregar suas armas nucleares diretamente, há bons motivos para preferir um Irã sem elas.

Custos da Prevenção

Até agora, a discussão se concentrou em determinar se um Irã dotado de armas nucleares apresenta uma grave ameaça de segurança da qual não se possa dissuadi-lo de forma confiável com a ameaça de um segundo ataque. Contudo, mesmo que se concorde que o Irã realmente apresenta uma ameaça significativa, é preciso considerar os custos da única alternativa viável à dissuasão: um ataque militar. (Já se sugeriu que o engajamento e as sanções provavelmente não terão o efeito necessário.)

Os oponentes de um ataque militar argumentam que (a) a localização de algumas instalações-chave talvez não seja conhecida; (b) diversas instalações são bem protegidas; (c) algumas instalações estão situadas em áreas densamente povoadas e bombardeá-las pode causar um grande número de baixas civis; (d) no passado, o bombardeamento dessas instalações não foi



Departamento de Defesa

Carros de combate blindados M8, fornecidos ao Irã em conformidade com o Programa de Assistência Mútua, passam ao lado de caravana de camelos perto de Teerã, 19 Dez 56.

muito efetivo, e ele poderia atrasar muito pouco o desenvolvimento de programas nucleares ou até levar o Irã a acelerar seu programa em reação e recusar todas as futuras inspeções pela Agência Internacional de Energia Atômica; (e) alguns até advertem que bombardear usinas nucleares poderia liberar materiais radioativos na atmosfera, resultando em índices desastrosos de doenças, deformidades e morte entre a população, tanto imediatamente quanto nos anos seguintes.

O fato de que todas essas objeções lidam com o bombardeio de instalações nucleares aponta para uma *alternativa militar diferente*. É uma opção que não foi discutida em público até agora e que, a princípio, pode parecer bastante polêmica. É preciso notar, então, que ela já foi empregada anteriormente — na verdade, em diversas ocasiões. A abordagem básica busca não reduzir a capacidade nuclear do Irã (o objetivo do bombardeio), mas obrigar o regime a mudar de comportamento, causando níveis ainda maiores de “dor”. Começa com

exigir que o Irã cumpra suas obrigações internacionais e abra as suas instalações nucleares até certa data para demonstrar que elas não servem a um programa militar. Se essa exigência não fosse cumprida, o passo seguinte envolveria bombardear os meios militares não nucleares do Irã (como o quartel-general e os acampamentos da Guarda Revolucionária, instalações de artilharia antiaérea e de radar, locais de mísseis e embarcações que pudessem ser utilizadas contra remessas de petróleo). Se isso não provocasse a resposta necessária, seria realizado o bombardeio de meios de duplo emprego, incluindo elementos-chave da infraestrutura, como pontes, estações de trem e outros do mesmo tipo, da mesma forma que os EUA fizeram na Alemanha e no Japão durante a Segunda Guerra Mundial. (Refiro-me a meios de duplo emprego que possam ser bombardeados à noite e até depois da devida advertência para minimizar as baixas civis e não a alvos puramente civis, como foi feito em Dresden e Tóquio.) Se for necessário colocar

ainda mais pressão, pode-se declarar que o Irã é uma zona interdita ao voo, como eram partes do Iraque até mesmo antes da Operação *Iraqi Freedom*, em 2003. Esse tipo de ação militar se assemelha a sanções, causando “dor” para modificar o comportamento, embora com meios muito mais poderosos.

Vale notar que a localização desses meios é conhecida, que não importa se alguns não forem atingidos, que eles não são bem escondidos ou protegidos e que bombardeá-los não liberará materiais radioativos. Em suma, de um ponto de vista estritamente de seleção de alvos, são muito menos problemáticos que as instalações nucleares.

É provável que os críticos argumentem que a ação militar ajudará os que estão no poder no Irã a suprimir a oposição ou fazer com que ela apoie o regime. Contudo, o regime está fazendo de tudo para reprimir a oposição de qualquer forma e um enfraquecimento dele depois de ataques militares pode oferecer uma brecha para ela. Além disso, a experiência em Cuba, República Dominicana, União Soviética e Burma, entre outros países, mostra que costumamos exagerar a probabilidade de que a oposição vencerá contra regimes internos brutais. Como o líder dos reformadores deixou claro para mim quando fui seu convidado no Irã, em 2002, eles não pretendem opor-se ao programa nuclear. Tudo isso sugere que não se deve permitir que a tentativa de decifrar as digressões de políticas internas iranianas determine nossa política externa quando interesses nacionais vitais estiverem em jogo.

Acima de tudo, não podemos atrasar a ação por muito mais tempo se quisermos impedir o Irã de atravessar um limiar depois do qual uma alternativa militar se torne muito mais perigosa para implantar — para nós e para eles.

Legitimidade?

Ao considerar a forma como outras nações e instituições internacionais, especialmente a ONU, reagiriam a tal política, é preciso distinguir entre os atos de decidir exercer uma opção militar e decidir que tipo específico de ação militar será empreendido. Esta discussão supõe que uma ação militar de *algum tipo* tenha sido considerada necessária e ordenada pelo Presidente, depois

da devida consulta com nossas autoridades militares, e autorizada pelo Senado dos EUA; que os aliados tenham sido consultados; e que o governo americano tenha decidido que deve agir mesmo que não seja possível obter aprovação da ONU. Considerando tudo isso, não vejo motivo para que a ONU prefira aprovar um ataque a instalações nucleares a gradualmente aumentar a “dor” atacando meios militares e, se necessário, meios de duplo emprego. Os críticos podem afirmar que essa abordagem de mudança de comportamento equivale à guerra “total”, ao passo que atacar instalações nucleares envolve apenas a guerra “limitada”. Entretanto, essa distinção foi, em grande parte, eliminada nos últimos anos e é especialmente inadequada nesse caso, já que um ataque a instalações nucleares poderia causar consideravelmente mais danos colaterais que a opção sugerida.

Lidando com Efeitos Colaterais

Os críticos de um ataque militar temem que o Irã vá retaliar pondo em ação o Hezbollah e o Hamas, dificultando nossa vida no Iraque e no Afeganistão e interrompendo o fornecimento de petróleo para nós e para nossos aliados. Essas preocupações não se aplicam à decisão de *que* modalidade militar é apropriada, mas à questão de se uma alternativa militar deve ser considerada para início de conversa. Em resposta, sugiro que uma nação que acredita não poder arcar com essas contramedidas não só deve abandonar sua pretensão ao status de superpotência, mas também deixar de se ver como um ator internacional significativo.

Em suma, é pouco provável que os engajamentos e as sanções impeçam o Irã de tornar-se uma potência nuclear. Portanto, dedica-se cada vez mais atenção à contenção. Pode até funcionar, mas, dada a grande desutilidade de um ataque nuclear pelo Irã, mesmo uma probabilidade relativamente pequena de que o Irã possa utilizar suas armas nucleares é inaceitável. O argumento de que os dirigentes do Irã não são irracionais ignora o fato de que, no passado, um número considerável de líderes nacionais “apostou” suas vidas e regimes e perdeu. Portanto, uma opção militar não deve ser descartada. Contudo, bombardear instalações nucleares do Irã talvez não seja a mais eficaz. **MR**